

## PRÁTICAS DE CIDADANIA NO ALVORECER REPUBLICANO BRASILEIRO: PROCESSO DE ABOLIÇÃO E A ATUAÇÃO DE COELHO NETTO

Igor Fernandes Viana de Oliveira<sup>34\*</sup>

Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto Rocha<sup>35\*\*</sup>

Pedro Portocarrero Pinheiro<sup>36\*\*\*</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca explorar algumas disputas e dimensões assumidas pela cidadania a partir conjuntura histórica que culminou na consolidação do regime republicano no Brasil. Ressaltando questões apontadas pela historiografia, abordamos, mais especificamente, a abolição do trabalho escravo e a intervenção do literato Coelho Netto no debate acerca da nacionalidade. O processo de superação do escravismo atingia as estratégias e diferenciações sociais mobilizadas pelos atores, deslocando as disputas em torno dos significados da liberdade. Por outro lado, com a relativa ampliação e transformação do espaço público, o nexo intelectuais/povo passou a assumir característica diversa.

**Palavras-chave:** Primeira República, Abolição, Coelho Netto, Cidadania

### Introdução

Pode-se afirmar que dos debates na historiografia brasileira, certamente, um dos mais controversos é aquele que discute a passagem da Monarquia à República (CALÓGERAS, 1966; VIOTTI DA COSTA, 1994). Em uma imagem correntemente apropriada, cristalizada pela famosa frase de Aristides Lobo, o povo assistira *bestializado* aos acontecimentos que culminaram no golpe republicano – sem compreender o que se passava, julgando ver, talvez, uma parada militar<sup>37</sup>. Levando-se em conta essa interpretação, anulava-se a própria potencialidade do novo regime em canalizar e exprimir os anseios do público ao qual fundamentava suas propostas: o povo, em sua generalidade, aparecia como um espectador não influente da conjuntura e excluído das possibilidades abertas pela generalização da cidadania no país.

De fato, aos olhos de hoje, a Proclamação da República no Brasil está certamente longe de significar um momento de grande “transformação revolucionária”; pelo menos pela significação clássica atribuída por historiadores e cientistas políticos ao termo (CARVALHO, 1987). Marcada por diversas permanências em relação ao regime imperial, a formação social estruturada na Primeira

34 \* Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista de iniciação científica na modalidade PIBIC/CNPQ.

35 \* Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista estagiário vinculado ao Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.

36 \*\* Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista de iniciação científica na modalidade PIBIC/CNPQ.

37 Carta de Aristides Lobo ao *Diário Popular* de São Paulo, em 18 de novembro de 1889. (BASBAUM, 1968, p. 68).

República teria se fundamentado, vista através do prisma comparativo com as conturbadas revoluções europeias, pelos “ideais políticos conservadores” e pela exclusão de amplas parcelas da população dos direitos de cidadania.<sup>38</sup>

Contudo, apesar dessa ressalva, acreditamos que as considerações sobre a trama dessa trajetória devem ser feitas, também, levando-se em conta a especificidade histórica da mesma, bem como as diversas descontinuidades e possibilidades que a marcaram. Se não podemos tomar a Proclamação como um momento de política revolucionária, cuja distância histórica é evidente, a conjuntura deve ao menos ser considerada, como nos lembra uma historiadora, como um “momento de crise política que guarda uma característica crucial dos episódios que inauguravam novas experiências históricas” (GOMES, 1988, p. 19). Longe de atuar isoladamente naquele contexto, o golpe vitorioso de Deodoro tencionava um processo mais abrangente que se iniciara décadas atrás, envolvendo questões socialmente cruciais – como a abolição do trabalho escravo e a relativa ampliação do espaço público – e que se materializara numa campanha com considerável grau de mobilização.

É nesse sentido que o período inaugurado pela Proclamação da República pode ser tomado como um momento privilegiado para pensarmos os dilemas e disputas que envolveram a construção da cidadania no país. As transformações sociais experimentadas no final do século XIX apontavam para uma dinâmica que envolvia diretamente as dimensões da cidadania e a atuação dos diversos agentes na conjuntura. Buscando refletir sobre essas questões elegemos, mais especificamente, abordar aspectos do processo da superação do regime escravista – que atingia as estratégias e distinções mobilizadas pelos diferentes atores sociais – e a intervenção do literato Coelho Netto no debate acerca da nacionalidade, na Primeira República.

### **Abolição: cidadanias em disputa**

- Não há mais libertos, são cidadãos brasileiros.

O senhor barão de Cotegipe:

- São libertos, mas direi, se quiser, até que são ingleses (Risadas).

Eu uso o termo próprio.<sup>39</sup>

Com a proclamação da Lei Áurea, e o conseqüente fim do cativo, em treze de maio de 1888, as categorias e identidades sócio-culturais que construíam a ordem social no mundo escravista deixam de expressar o sentido institucional que possuíam. Ao encerrar o processo de superação da instituição escravista, que, até então, representava um elemento-chave para a diferenciação social na sociedade imperial, a lei finalizava, ao menos formalmente, a desestruturação das relações tradicionais de domínio

38 Não podemos deixar de lembrar que essa versão foi utilizada pelos enaltecedores da Revolução de 1930, que não descuraram da forma republicana, mas realçaram a exclusão social, o militarismo e o estrangeirismo da fórmula implantada em 1889.

39 Transcrição do discurso do barão de Cotegipe no Senado em 12 de maio de 1888, publicado na Gazeta Sul-Mineira em 04 de junho de 1888.

senhorial, ao mesmo tempo em que forçava os atores a reverem a composição de suas estratégias no espaço social. Mesmo que estritamente contextualizados, do ponto de vista cultural, econômico, político e social, a dimensão surpreendente do pós-abolição, e particularmente, o comportamento e a inserção dos libertos no processo são essenciais para a compreensão da reestruturação dos recursos e das relações de poder (MATTOS & RIOS, 2004; FILHO, 2005; CUNHA & GOMES, 2007). Os significados da liberdade e as novas identidades e papéis a partir dos quais iriam se reestruturar as relações sociais, envolvendo as múltiplas apropriações e dilemas que atingiam as dimensões da cidadania no Brasil, precisavam, nos próximos anos, serem disputadas e reconstruídas.

Todavia, se a abolição encerrava um processo que, de modo geral, apontava para possibilidades concretas de inserção social dos então libertos e para a generalização da cidadania no país, as considerações sobre as expectativas da liberdade, então em disputa, devem ser referenciadas, para uma melhor compreensão do processo, não unicamente em modelos formais de cidadania – mesmo que presentes no discurso de intelectuais idealizadores do regime republicano – mas na especificidade das experiências consolidadas pelos agentes que as disputaram; processo cuja dinâmica se iniciara ainda no seio da sociedade escravocrata.

Foi nesse sentido que vinham se acentuando as disputas em torno dos significados da liberdade no decorrer desse processo. Hebe Mattos (1995), em sua tese de doutorado, que enfocou, principalmente, a experiências de cativos e libertos diante das transformações sociais do século XIX, evidenciou como crescia a pressão exercida entre os cativos com maiores recursos comunitários em direção ao mundo livre, e entre os libertos já plenamente socializados, pela consolidação de sua posição social e pelo apagamento do estigma do cativo. Como destaca a historiadora, ambos os grupos buscavam, de maneira geral, se aproximar de uma *matriz cultural* que caracterizava o papel dos homens livres, e da idéia relativa de igualdade formal na liberdade presente na sociedade imperial, cujo trânsito era reconhecido, dentro de certos limites, pelo próprio Estado imperial.

Nesse contexto, tornava-se perigoso para os senhores, diante de circunstâncias desfavoráveis e das ambigüidades da relação de domínio tradicional, frustrar as expectativas de trânsito para a liberdade dos próprios cativos. O que esta conjuntura colocou muitas vezes em cheque, era a efetividade da “ascendência moral” dos senhores durante a vigência do cativo, e a própria continuidade dessa ascendência, por meio de relações pessoais, após a transição à liberdade.

Sidney Chaloub (1999) que explorou o movimento de escravos e libertos em direção à liberdade, na cidade do Rio de Janeiro, destaca a crescente tensão evolvida nesse processo: “era preciso encaminhar a questão da extinção gradual da escravidão evitando-se o perigo de desavenças ou divisões mais sérias entre os próprios grupos proprietários e governantes”. Como argumenta o autor, em consonância com também Keila Grinberg (2002), a pressão e a luta dos escravos acabavam por tencionar a classe proprietária a responder a determinados reclames dos mesmos em relação à liberdade, tornando extramamente problemático a preparação do chamado “caminho para a liberdade” pelas classes dirigentes imperiais (CHALOUB, 1999, p. 102).

Mesmo não podendo ser tomada como elemento único ou central no desmancho das condições políticas e morais que sustentavam o domínio escravista, essa pressão cotidiana exercida de diversas formas pelos escravos, não deve ser subestimada num contexto de crescente perda de legitimidade da escravidão. Mobilizada e discutida por consideráveis setores da sociedade imperial, como lideranças abolicionistas, literatos, juristas, e poetas anônimos, a reivindicação da extensão da experiência de liberdade aos escravos e libertos, se constituía, apesar de tudo, em mais que mero exercício de retórica política. A significativa ampliação do espaço público e de canais de expressão utilizados no final do século XIX – materializados no desenvolvimento de associações, conferências, imprensa, confeitarias e clubes – também contribuía consideravelmente para a ressignificação das práticas sociais presentes e disputadas nesse processo (MELLO, 2007).

Cada vez mais, em contextos nos quais a transitoriedade da escravidão à liberdade se fazia particularmente problemática, a ação de escravos e libertos se aproximava de uma “uma noção muito clara de liberdade que, nos quadros da sociedade imperial, confundia-se com o próprio direito de *cidadania*”: não o conceito de cidadania negado à maioria dos homens livres, durante o Império e ainda na República, mas “uma noção de liberdade [e cidadania] civil, que ditava raízes na tradição imperial”, e que ancorava-se no usufruto e nas potencialidades da *mobilidade espacial*, da *propriedade*, e das *solidariedades sociais e familiares* – atributos por excelência do conjunto dos homens livres naquela sociedade (MATTOS, 1995, p. 315).

Para não incorreremos no risco de anacronismo grave em relação à realidade social do século XIX no Brasil, principalmente em relação ao mundo agrário, não devemos confrontar a cidadania acima mencionada com um modelo conceitual unicamente ideal ou pré-estabelecido (MARSHALL, 1967), mas ter em conta que, apesar de distante desse modelo – presente no desenvolvimento histórico de outras sociedades – ela era e foi muito bem mobilizada e avaliada pelos seus contemporâneos, sendo, por isso mesmo, em sua dimensão prática, disputada pelos diversos segmentos que participaram do processo:

- Negro, não há mais, não:

Nós tudo hoje é cidadão

Branco que vá pro eito<sup>40</sup>

Desta forma, pode-se considerar que era a própria cidadania dos libertos, nos termos em que era compreendida e mobilizada, que se colocava em disputa, nos anos posteriores a abolição da escravidão no país. Servindo-se dos próprios atributos que marcavam a experiência de liberdade do regime anterior, como o recurso à *mobilidade espacial* e às *relações familiares*, a ação dos libertos chegou mesmo, em algumas regiões do sudeste, onde o trânsito para a liberdade tinha sido particularmente tenso, a desestruturar momentaneamente a produção agrícola daquele ano de 1888 (MATTOS, p. 316).

Diante dessas situações desfavoráveis, no entanto, a visão que antigos senhores e algumas

autoridades passaram a ter sobre liberdade recém adquirida pelos libertos não pressupunham qualquer equiparação imediata com o homem livre pobre, “cidadão de segunda classe”, do regime anterior. Buscava-se construir uma imagem do liberto, “não só como elemento perigoso, mas também como despreparado para a liberdade e, mesmo, não muito humano” (IDEM, p. 315). O *Correio de Cantagalo* de dezesseis de setembro de 1888, seguindo a tendência de outros jornais do período, chegava mesmo a afirmar:

Soltaram milhares de *feras* contra os *cidadãos* e os deixaram na dura e tristíssima alternativa, ou de serem vítimas de bandidos; ou se tiverem energia de se defender deles serem processados.<sup>41</sup>

Pode-se observar o esforço e a necessidade em difundir uma imagem do liberto não só como “não-cidadão” e potencialmente despreparado para a liberdade, mas, além disso, como um elemento perigoso para a segurança individual e pública no país. As disputas e as expectativas sobre a recém conquistada liberdade prolongaram-se pelos próximos meses em seus diversos contextos e regiões, envolvendo e contribuindo para a posterior reestruturação dos recursos sociais e das relações de poder.

O advento do regime republicano, em 1889, ao queimar as matrículas de escravos e promulgar uma constituição de caráter liberal, de certo modo contribuiu nesse movimento, para que esse processo de “assimilação” dos libertos se efetivasse. Mesmo que primeiramente acabasse por reforçar a relação entre as instâncias locais de coerção e a hierarquia de dependentes pessoais mobilizada pelos ex-senhores, o advento da Primeira República abria uma real oportunidade de inserção social dos libertos, respondendo de alguma forma, à pressão e às expectativas mobilizadas pelos mesmos no decorrer desse processo (IDEM). Em espaços onde a luta de escravos havia encontrado uma maior ressonância no tecido social, como nas grandes cidades do país, as disputas em torno da extensão de certa concepção de cidadania ganhavam novos contornos e ainda ecoariam por tempo considerável na nascente república, assumindo, no entanto, novas especificidades e dimensões (CHALOUN, 1999; GOMES, 1988; MELLO, 2007).

### Pensando a *Nação*: Coelho Netto e os intelectuais republicanos

- Isto há de ser sempre o que é. *O povo não tem tradições* e, sobretudo, é a gente mais melancólica do mundo. Você vê um grupo de brasileiros é fúnebre, parece que estão sempre discutindo um enterro.
- Ou segredando pornografia, acrescentou Ruy Vaz.
- Ou falando mal da vida alheia, ajuntou o Neiva.
- Nem tanto, corrigiu Patrocínio. Nem tanto. Há brasileiros de espírito.
- Ora brasileiros de espírito... Qual piada! Quais são? Aponte-os.

- Nós, por exemplo.
- Ah, sim, claro! Mas nós não entramos em conta!
- Perdão – interveio o Moraes. Já vocês com essas discussões fúteis. Tratemos de coisas sérias.<sup>42</sup>

Como procuramos demonstrar acima, a abolição e a República envolveram novas questões às disputas sobre as dimensões da cidadania no país. Por isso, como pontualmente destacou um historiador, elas também trariam “mudanças nas táticas intelectuais de construir e definir a nação (...). Agora todos os negros eram formalmente cidadãos e era preciso enfrentar a questão de uma nação mestiça” (CARVALHO, 1998, p. 248). Os acontecimentos, que traziam as marcas das descontinuidades expressas naquele tempo, estabeleciam “como condição, a igualdade de todos os sujeitos sociais como iguais perante a lei, dando *possibilidade* ao exercício geral da cidadania”, mesmo que envolvendo múltiplas disputas nesse processo (GOMES, 2003, p. 157). Novas questões eram colocadas e os intelectuais republicanos não se furtaram a pensá-las.

Contudo, o abalo nas hierarquias tradicionais, como explicitamos na conjuntura da abolição da escravidão, não implicou no fim das hierarquias sócio-raciais e na conformação de uma ordem social marcada pela democracia racial, mas em uma dinâmica que envolveu, através da atuação de diferentes atores sociais, a reconstrução de novas formas de “dominação social”. É neste sentido que a nação brasileira e a República que estava sendo inaugurada potencializaram novas as disputas em torno das dimensões da cidadania, sendo imaginadas por determinados intelectuais como que num movimento dialético de “inclusão” e “exclusão”. Se, por um lado, havia a necessidade manifesta de trazer o conjunto das massas à nação, de outro havia uma preocupação latente de reconfigurar e manter novas formas de hierarquias. A problemática do “projeto nacional”, e todas as questões relacionadas ao mesmo, passava a se associar à própria problemática do *ser intelectual* naquele contexto, não podendo, sob esses termos, “escapar” do controle desses literatos (PEREIRA, 2004). Os intelectuais seriam aqueles capazes de “conduzir” o Brasil da “barbárie à civilização”, de guiar o povo brasileiro da “ignorância à sabedoria”.

Nicolau Sevckenko (1983), historiador paulista, foi um dos pioneiros no estudo da literatura da Primeira República. O autor chamou a atenção para o fato de que a desilusão com a Primeira República levou inúmeros intelectuais a se distanciarem da atuação política. A literatura, então, seria o refúgio, o fim último da “liberdade intelectual” naquele contexto de “opressão política”. Não obstante, a separação estreita entre escritores “vencedores” (como Coelho Netto e Olavo Bilac) e “vencidos” (Lima Barreto e Euclides da Cunha) – ou seja, entre aqueles que teriam conseguido ascender socialmente em um contexto marcado pela “lógica do favorecimento”, “ideólogos do regime”, e aqueles que se recusaram a isso – não permite a Sevckenko explorar as especificidades e possibilidades reais que marcaram a produção intelectual de determinados literatos e o diálogo que os mesmos efetuaram com segmentos importantes da população. Por isso, se o historiador caracteriza a atuação dos “vencidos” como a negação da política e a percepção de que a literatura seria a única

saída – a única “missão” que o regime republicano haveria permitido que completassem (SEVCENKO, 1983) – deixa de prestar atenção a importante relação e as disputas que passaram a se estabelecer entre os literários “vencedores” e determinados atores sociais naquele período.<sup>43</sup>

No eixo das discussões intelectuais do período estará a célebre pergunta, intimamente ligada às concepções sobre cidadania no país: “afinal, que nação é essa que queremos definir?”. Tal debate orientou a maior parte das “polêmicas literárias” na Primeira República. Para compreender tais projetos, deve-se tomar como pressuposto que a concepção de cidadania e de atuação política não se restringiu unicamente ao mundo político formal, ou seja, ligado diretamente às instituições republicanas. Além disso, é preciso considerar a atuação intelectual na imprensa, sua produção junto a livros didáticos, discursos, para a compreensão do que, de fato, tais intelectuais compreendiam por política, e definiam, especificamente, como cidadania e nação naquele momento histórico.

É neste sentido que buscamos pensar como parte desta intelectualidade construía objetos literários bastante definidos, que acabaram por envolver uma série de questões ligadas ao desenvolvimento da *cidadania* na Primeira República. Seguiremos a atuação e a obra de Coelho Netto, mostrando como parte desta intelectualidade pensou um projeto de nação e cidadania para o país e como estes foram disputados por diferentes segmentos da população ao longo desse processo.

Coelho Netto, qualificado como um destes intelectuais “vencedores”, acreditava no papel pedagógico da imprensa, da educação e do futebol como formas de “regenerar” a nação. Para ele, estes seriam o meio de “regenerar a nação brasileira”, retirá-la, enfim, da “barbárie”, colocando-a nos trilhos da “civilização”. Compartilhando crenças e valores caros aos homens de sua época, via o futebol como uma forma de reforçar determinados valores à sociedade. O esporte traria a disciplina, o senso de coletividade aos trabalhadores e operários, inculcando-lhes os bons valores da “sociedade das letras” (PEREIRA, 1999). Também a imprensa e as escolas teriam um papel exemplar na definição e regeneração da “nossa raça e de nossa nação”. Para o literato, que também foi fundador do jornal *O Meio* e escreveu vários livros didáticos (muitos ao lado de Olavo Bilac), a população do Brasil deveria ser escolarizada de forma massiva para que pudesse ser levada os rumos do que considerava o “progresso social”.

Coelho Netto travou uma polêmica com Lima Barreto em relação dos significados que o futebol deveria assumir no “projeto de nação” brasileiro. Enquanto o segundo observa o futebol como um esporte de elite, incapaz de representar os reais valores da população pobre, negra e mestiça, Coelho Netto, via no esporte uma grande mola mestra que poderia de fato “disciplinar” as chamadas “classes perigosas”, setores marginalizados da população à sociedade. Se Lima Barreto “não estava convencido das [vantagens advindas da] penetração social do futebol, vendo nele ainda um esporte de poucos” (IDEM, p. 224), Coelho Netto pautará a sua atuação nesta crença.

Aqui a construção, configuração e definição de um campo intelectual específico, associado a diferenciação que assumia, cada vez mais, a esfera pública no país, deve ser mencionada. Configurar-

43  
(2004).

Para uma perspectiva alternativa à de Nicolau Sevcenko, ver João Paulo Coelho de Souza Rodrigues

se-ia um *campo* intelectual que distinguia os intelectuais e escritores como atores sociais dotados de uma ascendência específica, processo intimamente relacionado ao deslocamento e reprocessamento das hierarquias com a construção histórica da República<sup>44</sup>. Nesse sentido, a literatura emerge como um lugar produtor de um capital simbólico, gerador de um signo da distinção, capaz de recriar antigas hierarquias perdidas com a proclamação da República e com a abolição.

No entanto, o que tanto Lima quanto Netto tinham em comum é precisamente a incapacidade de perceber como o jogo, de fato, vinha se popularizando de tal maneira que assumia significados distintos quando visto sob o prisma das classes subalternas. Por isso, a relação cada vez mais presente entre esta intelectualidade e povo em geral é também caracterizada por uma dimensão de *ambigüidade*. Além do futebol, Coelho Netto envolveu-se na popularização do carnaval. Em meados dos anos 1920, o bloco dos *Sócios do Aliança Club*, bloco carnavalesco composto por operários da fábrica de tecidos Aliança, em Laranjeiras, fazia questão de, todo ano, homenagear o patrono do clube, o consagrado escritor da *Academina Brasileira de Letras*, Coelho Netto. Conforme constatou seu filho e biógrafo, Paulo Coelho Netto, poucas manifestações tocaram “tão fundamente a sensibilidade do escritor, como as que ele recebeu do Aliança Club” (NETTO, 1942, p. 171-172). Netto também era uma espécie de “cronista-folião”, visto que existem indícios relativamente fortes de que freqüentava o famoso rancho dos amenos-rasedás. A princípio, tal episódio pode ser interpretado como uma tentativa por parte das classes populares de ganhar prestígio e status social, garantindo um carnaval tranqüilo, obtendo assim a “licença” e legitimidade social necessária para poder brincar nos dias de Momo.

Como dissemos, entretanto, isto parece-nos sinalizar indícios de um processo bem mais complexo. O que há, na verdade, é precisamente o que poderíamos chamar de um interessante *diálogo cultural*. Tanto é verdade que o público das “ruas” influenciava na vida (e nos escritos) de Coelho Netto, quanto o escritor ensinava inúmeros valores aos setores subalternos da população. De acordo com Leonardo Pereira, a visão de Netto nestes escritos se aproximava crescentemente “de um anseio e das demandas de um público amplo. As sucessivas séries que escreveu expressavam, assim, as diversas alternativas de construção de seus sonhos de futuro, recriados constantemente em virtude das questões colocadas pelo percurso de sua própria vida” (PEREIRA, 2003, p. 229).

Foi também Netto quem elaborou o projeto para que houvesse um concurso, em 1912, para a eleição da letra do *Hino Nacional*, bem como é destacada a sua participação junto à *Liga dos Interesses Nacionais*, instituição criada durante a Primeira Guerra Mundial. O projeto de nação que defendia pelo literato estava precisamente interessado “na necessidade de incorporar as tradições e costumes dos grupos iletrados à imagem da nação com a tentativa de rebuscá-las a partir dos princípios elevados do modelo de civilização que defendia” (IDEM, p. 230). No campo da cultura, sua área de principal atuação, o escritor elaborava um modelo de nação que tentava, de alguma forma, incluir no governo republicano distintos grupos sociais.

44 Na supracitada epígrafe, o processo é ilustrado. Diz Netto: “*Nós somos os precursores* – alhanemos o caminho para os que vêm”, ou ainda, “‘Há brasileiros de espírito?’ Aponte-os!, disse o Ruy Vaz. ‘Nós, por exemplo’. ‘Ora, mas nós não entramos em conta’” (NETTO, 1985).



Desta forma, a maneira pela qual Coelho Netto envolveu e pensou um modelo de nação para a Primeira República, e de como este modelo esteve sujeito a diferentes variações e influência da relação da intelectualidade com as classes subalternas, estava intimamente articulada às dimensões e disputas que se associavam a cidadania no Brasil. O que estava em pauta era a necessidade latente de inclusão (e exclusão) dos homens livres pobres da República. Era necessário excluí-los, visto que, com as hierarquias fora do lugar, era preciso de alguma forma recriar os mecanismos de dominação que estruturaram as relações sociais daquela época. De um outro lado, porém, a pressão que os populares faziam para que pudessem se inserir em um projeto de Brasil também podia ser sentida.

### **Considerações finais**

Tendo como objetivo pensar algumas disputas e dimensões assumidas pela cidadania a partir da conjuntura mais abrangente que culminou na consolidação do regime republicano no Brasil, examinamos o processo de abolição da escravidão e o lugar dos intelectuais enquanto agentes na conformação de um estatuto nacional, já na Primeira República, dando destaque a atuação de Coelho Netto.

Procurando destacar as ambiguidades que marcaram a superação do escravismo e vinculá-lá a outras transformações experimentadas no período, atentou-se a conjuntura particularmente crítica que marcou aquele contexto. Conforme é destacado por alguns historiadores, era a própria cidadania dos libertos, nos termos em que era compreendida e mobilizada, que se colocou em pauta nos anos posteriores a abolição da escravidão no país. As disputas em torno dos significados da liberdade recém-adquirida assumiriam novas formas no contexto republicano.

Por outro lado, com a relativa ampliação do espaço público e as transformações operadas no campo intelectual no país, alguns intelectuais passaram a intervir de forma mais concreta nos debates acerca da nacionalidade. Numa dialética de inclusão/exclusão do “povo”, a atuação desses intelectuais, como Coelho Netto, na cena pública republicana apontava para questões importantes vinculadas à consolidação da cidadania no país e a uma diálogo mais imediato e disputado com as camadas populares, estendendo-se também as tensões envolvidas na popularização de diferentes domínios da vida social.

Buscando escapar a uma leitura que associa a emergência de valores tidos como “igualitários” unicamente a a partir atuação dos estratos e instituições socialmente dominantes, procuramos ressaltar, em ambos os casos, como as disputas em torno das dimensões da cidadania, mesmo que colocadas de forma específica, possuíam uma importante potencialidade nos diferentes setores sociais – estando articulada as transformações socialmente cruciais colocadas naquele momento, e por isso mesmo, sendo disputadas pelos segmentos da população. Não obstante a complexidade dos segmentos que se movimentavam e as ambigüidades presentes nesta trajetória histórica, o emprego de novas referências e estratégias sociais foram fundamentais, dentro de seus condicionamentos e possibilidades, para o desenrolar desse processo. Como pretendemos demonstrar, esta foi certamente uma das circunstâncias que contribuiu para imprimir na experiência daqueles anos, uma importância fundamental para o desenvolvimento de um modelo de cidadania no Brasil (GOMES, 2003).

**BIBLIOGRAFIA**

- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. São Paulo: Fulgor, 1968.
- CALÓGERAS, Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1966.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Rio de Janeiro: Cia. das letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. Rio de Janeiro: Cia das letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CUNHA, Olívia; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Quase cidadão: histórias e antropologias do pós-abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- FILHO, Walter Fraga. **Encruzilhadas da liberdade**. Campinas: Editorada Unicamp, 2005.
- GOMES, Ângela de C. **A invenção do trabalho**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- GOMES, Ângela de C. **Venturas e desventuras de uma república de cidadãos**. In: Rachel S. & Martha A. (orgs.) **Ensino da História**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ FAPERJ, 2003.
- GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2002.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.
- MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana L. **Memórias do cativo**. São Paulo: Civ. Brasileira, 2004.
- MELLO, Maria Tereza C. de. **A República consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.
- NETTO, Coelho. **A conquista: romance**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- NETTO, Paulo Coelho. **Coelho Netto**. Rio de Janeiro: Editora Valverde, 1942.
- PEREIRA, Leonardo. **Footballmania**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA, Leonardo. **O Carnaval das letras**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2ª edição, 2004.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho. **A dança das cadeiras**. Rio de Janeiro: Campinas, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.